

*João Caupers*

## Insensibilidade e insensatez

Por mais que me esforce, não consigo aceitar, nem sequer compreender, a anunciada medida de redução dos montantes das pensões actualmente pagas a pensionistas, quaisquer pensionistas que se tenham aposentado ou reformado após uma carreira contributiva normal - em regra, um período mínimo de trinta e seis anos de contribuições. Estes pensionistas adquiriram o seu direito à pensão por força do seu trabalho diário e dos correspondentes descontos na sua retribuição, ano após ano, acreditando naquilo que o Estado lhes garantiu - que assim teriam direito a uma pensão de determinado montante. Montante que o Estado efectivamente lhes começou a pagar, na data devida. Para grande e triste surpresa sua, o Estado pretende agora retirar-lhes parte do montante que lhes vinha sendo pago. Não se trata de contrariar expectativas, como sucede com outras medidas, desagradáveis, mas mais compreensíveis no contexto actual. A elevação da idade da reforma pode encontrar justificação no aumento da esperança de vida; a alteração da forma de cálculo da pensão para certas categorias de pensionistas pode, porventura, compreender-se, à luz de uma preocupação igualitária.

Mas tais medidas só comportam aplicação futura, isto é, delas resulta uma redução de expectativas legítimas, mas não uma lesão efectiva de direitos adquiridos. São mais fáceis de compreender, se não mesmo de aceitar, num contexto de crise nacional e internacional.

Mas a redução das pensões actualmente pagas, diminuindo o rendimento daqueles que já não têm qualquer possibilidade de a compensar, e que, quantas vezes, foram obrigados a "esticar" esse rendimento para acudir a filhos desempregados e a netos em dificuldades, é uma violência intolerável e inqualificável. Abuso, roubo, confisco, chamem-lhe o que quiserem, é uma iniquidade que deveria cobrir de vergonha aqueles que a tomarem. Se ainda houvesse vergonha neste infeliz país.

Mas não há, o que se pode comprovar com as recentes declarações do Dr. Mexia, esse lídimo representante do capitalismo "nacional", no que ele tem de mais reles.

Montado no seu salário de vários milhões de euros por ano, o mandatário do patrão chinês da EDP permitiu-se criticar o Tribunal Constitucional, considerando que as suas decisões (referia-se ao justo e merecido tratamento dado aos sucessivos orçamentos de Estado apresentados pelo actual governo) não tiveram em conta o "contexto"

*João Caupers*

(nome que ele dá às supostas exigências dos credores) e haviam aumentado os riscos de um segundo resgate.

Ora, a verdade é que o Tribunal Constitucional se vem corajosamente assumindo como o que resta aos portugueses para tentar resistir aos abusos de uma desgraçada política de empobrecimento e destruição, executada pelo neoliberalismo saloio de tolos e incompetentes, ao serviço da usura internacional. Se os portugueses vierem a convencer-se de que o Tribunal já não é a tábua de salvação da democracia, que restará aos meus concidadãos, como forma de expressão da sua indignação e da sua revolta?

Eu, se fosse o Dr. Mexia, à cautela, parava de me mexer.

23Setembro2013

*Declaro que o texto e citações nele contidas são de minha autoria e exclusiva responsabilidade.*